



# OLIVENÇA PORTUGAL



## ASSEMBLEIA-GERAL

Ao abrigo do artigo 37.º dos Estatutos, nos termos e para os efeitos dos artigos 32.º, 35.º, 36.º e 41.º, convoco a Assembleia Geral do Grupo dos Amigos de Olivença – Sociedade Patriótica, para o dia **6 de JUNHO de 2009**, às **10:00 horas**, na **Rua João do Nascimento Costa, Lte 8, Piso 0, Loja D.ª (às Olaias), Lisboa**, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1. Aprovação do Orçamento e Discussão do Relatório e Contas da gerência;
2. Eleição dos Corpos Sociais para o Biénio 2009/2010;
3. Outros assuntos de interesse.

Caso à hora designada não se encontre presente, pelo menos, metade dos associados, a Assembleia desenrolar-se-á plenamente, com a presença de qualquer número de sócios, meia hora depois.

Lisboa, 11 de Maio de 2009  
O Presidente da Assembleia-geral  
(*Prof. Humberto Nuno Oliveira*)



## JORNADA SOBRE O PORTUGUÊS EM OLIVENÇA

No dia 28 de Fevereiro teve lugar em Olivença uma Jornada sobre o Português Oliventino.

A iniciativa foi muito interessante, com palestras diversas de especialistas na matéria, constituindo um marco na defesa da cultura oliventina.

(*Continua na página 5*)

## Grupo dos Amigos de Olivença

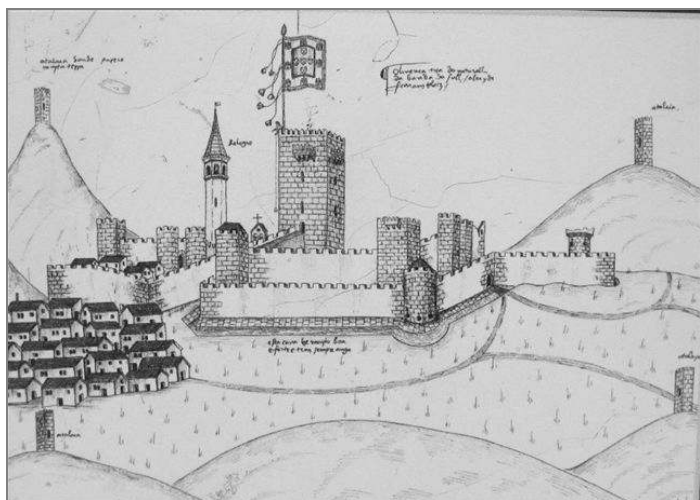
Rua das Portas de Santo Antão, 58  
Casa do Alentejo  
1150 - 268 Lisboa



## PONTO DE VISTA

### Um Novo Tempo, Um Passo Novo

Apesar do silêncio político e mediático a que muitos a têm submetido, apesar do aparente alheamento que as autoridades nacionais lhe concedem, a Questão de Olivença apresenta-se cada vez mais como um escolho irreduzível nas relações Luso-espanholas. Aliás, o «incómodo» resultante da situação de Olivença não se remete às fronteiras peninsulares e, de maneira exuberante, intromete-se no debate político, estratégico e diplomático que interessa aos países com presença no Mediterrâneo Ocidental, Espanha, Portugal, Reino Unido e Marrocos, como bem o ilustram os artigos do político inglês Daniel Hannan e do General Loureiro dos Santos, que divulgamos neste Boletim.



Por outro lado, enquanto os oliventinos vão redescobrimo o valor e a presença do seu património cultural de matriz portuguesa, também as autoridades locais e regionais da Extremadura e de Olivença adoptam uma abordagem mais «aberta» sobre a especificidade do concelho e admitem, de alguma maneira, uma certa presença da Cultura Portuguesa no território.

Essa dinâmica, porque parece significar algo de verdadeiramente novo e diferente, suscita manobras políticas de «compensação», como parece ser a anunciada oferta de uma réplica da estátua de Godoy a Olivença por parte do município de Badajoz. O gesto, risível pela sua própria natureza e nada significando na disputa à volta de Olivença, traduz – isso sim! - uma despropositada e escusada manifestação inamistosa para com Portugal.

É neste contexto, em que estão abertas francas perspectivas de uma nova situação à volta de Olivença, que chegou ao fim o actual mandato dos corpos sociais do GAO. Na próxima Assembleia-geral, convocada para 6 de Junho, ocorrerá uma natural e necessária renovação da Direcção. Pessoalmente, agradecendo a todos os sócios da nossa associação, a todos os «Amigos de Olivença», o apoio que nunca recusaram, deixo o desafio para a presença e participação de todos naquela renovação e faço um voto:

**MAIS UM PASSO POR OLIVENÇA!**

*António Marques*

## EVOCAÇÃO

«Ir a Olivença é como percorrer, com todos os rituais que nos são comuns, os labirintos de uma saudade bem nossa.

Aquela saudade que vem de dentro – do peito e da memória remota – de cada um. É sempre uma viagem ao passado (de muitos tempos) através dos dados identitários de diversificados momentos que abruptamente vêm à tona, por entre os objectos, as suas susceptibilidades e nós próprios.

Será (talvez) por estas razões que nos descobrimos inteiros em Olivença. Ou também porque Olivença é um destino preferencial de peregrinação. Diríamos mesmo de turismo de alma, rico e único, nesta Europa em que afirmamos (ou pensamos afirmar) que estamos integrados. Idas e voltas explicadas por coisas inexplicadas. São sinais dos que chegam e dos que nunca lá foram, porém, desejam saber como é.

Mas se atentarmos bem, presumimos que não se deve falar de um turismo corrente ou espontâneo, pois ver ou rever as casas e as chaminés comuns, as muralhas, os baluartes, o castelo e as igrejas repletas de artes bem marcantes para o nosso espírito, deixa-nos reconfortados e reconciliados.

Labirinto da nossa saudade são as ruas, os espaços e os largos, onde em cada ângulo se levanta uma ponta do nosso compromisso. Repositório de muitas destas imagens a partir das quais, numa visão repartida, reflectimos – sem ressentimentos nem subterfúgios – o companheirismo e a velha irmandade para com Olivença e o seu povo».



[Do livro «Olivença no Labirinto da Saudade» de Marília Abel, Carlos Consiglieri e Serrão de Faria]

---

## OLIVENÇA FOI NOTÍCIA

Desde Abril 2008, vários temas oliventinos se destacaram na imprensa escrita, entre eles, os seguintes:

A criação, em Olivença, da associação «Além-Guadiana» propondo-se preservar e fomentar a língua e a culturas portuguesas, foi noticiada por: Ecos de Estremoz a 24-4-2008; Jornal de Notícia a 15-5-2008; Visão a 21-5-2008; Diário do Sul a 23-4-2008; Linhas de Elvas a 24-4-2008; Brados do Alentejo a 1-5-2008; Público a 23-5 e 10-6-2008; Alentejo Popular a 24-4-2008; Despertador a 14-5-2008; Notícias Magazine a 8-6-2008; Notícias do Alentejo a 21-4-2008; 24 horas a 8-8-2008; Boletim informativo do «Ayuntamiento» de Olivença em Julho de 2008; Jornal de Letras de 13/26-2008; Focus a 9-8-2008; Correio da Manhã a 5-8-2008.

A criação da página Web da associação «Além-Guadiana» foi noticiada, pelo grande interesse que a mesma despertou em Outubro-2008 no: Hoy, Linhas de Elvas, Terras Brancas, Diário do Sul.

A realização das «Lusosonias» em Olivença, pela «Além-Guadiana», a 13 e 14-12-2008, para aproximar a este território as tradições musicais portuguesas, teve referências elogiosas no: Alentejo Popular a 11-9-2008; Linhas de Elvas a 23-12-2008; Diário do Alentejo a 12-12-2008; Hoy a 13-12-2008.

O relatório do Comité de peritos do Conselho da Europa, criticando o estado actual da língua portuguesa em Olivença e recomendando a aprendizagem do português como um direito imprescritível, foi noticiado no: Linhas de Elvas a 13-12-2008; Jornal de Notícias a 20-12-2008; 24 Horas a 2-1-2009; Notícias de Sábado a 3-1-2009; Diário de Notícias a 6-1-2009; Hoy a 5-1 e 13-1-2009; Terras Brancas a 8-1-2009; O Sul a 14-1-2009; Alto Alentejo a 22-1-2009; Público a 26-2-2009; Sol a 31-1-2009.

A situação, infelizmente moribunda da língua portuguesa em Olivença, motivou o Dr. C. Luna a escrever alertando para tal, o que teve publicação em revista «Alentejo – Terra Mãe» a 5-4-2008 e Terras Brancas a 10-4-2008.

A «Jornada do Português em Olivença», organizada pelo «Além-Guadiana» a 28-2-2009 foi previamente anunciada em: Diário do Sul a 10, 19 e 26-2-2009; Alentejo Popular a 12 e 26-2-2009; Linhas de Elvas a 12, 26 e 28-2-2009; Alto Alentejo a 18-2-2009; Ecos de Estremoz a 26-2-2009; Agência Lusa a 27-2-2009; Diário digital a 27-2-2009; Jornal de Notícias a 27-2-2009; Notícias de Sábado a 28-2-2009.

Depois descrita em Hoy a 1-3-2009; Alentejo Popular a 5-3-2009; Diário do Sul a 6-3-2009; Despertador a 11-3-2009; Diário do Alentejo a 5-3-2009.

Curiosamente, ou talvez não, não houve nenhum eco desta importantíssima jornada nos grandes jornais nacionais como o Público, Jornal de Letras, Diário de Notícias ou Expresso...

A passagem dos 207 anos da ocupação espanhola de Olivença a 20 de Maio, motivou a emissão de um comunicado do G.A.O. que foi publicado por: Despertador, de Elvas, Alto Alentejo.

O projecto de Criação da Euro Região Extremadura–Alentejo, iniciada com a «Declaração de Olivença» a 17-4-2008, teve ecos no: Diário do Sul e Fonte Nova, de Portalegre.

No 14º Congresso do Alentejo, que decorreu em Junho 2008, foi apresentada uma comunicação do Dr. C. Luna que teve um

grande sucesso e transcrição em: Alentejo Popular e Despertador, de Elvas.

A inauguração da Rua de Olivença em Vila Nova de Gaia ( freguesia do Canidelo ) a 12-7-2008 teve divulgação no: Jornal de Notícias; Gaiense e Jornal de Gaia.

A passagem, a 12-9-2008, dos 711 anos do Tratado de Alcanizes, que trouxe para Portugal o território de Olivença, foi motivo de um comunicado do G.A.O., divulgado por: Notícias de Sábado; Alentejo Popular; Linhas de Elvas; Diário do Sul; Fonte Nova; Jornal das Freguesias e Registo.

A presença do G.A.O. nas cerimónias do 1º de Dezembro nos Restauradores/Lisboa, foi reportado por: R.T.P. e Diário de Notícias.

A presença de uma delegação do G.A.O. Em Zamora, a quando da XXIV cimeira Luso-Espanhola a 22-1-2009 foi notícia em: O Diabo; Despertador; Alentejo Popular; Ecos de Estremoz; Linhas de Elvas; Notícias de Sábado; Alto Alentejo; Hoy e um grande artigo com entrevistas dos Drs. Carlos Consiglieri, Ana Paula Fitas e A. Marques no «Diabo» a 13-1-2009.

Novamente a eventualidade da reconstrução da ponte manuelina da Ajuda foi notícia no: Boletim Municipal de Elvas em Setembro 2008; Linhas de Elvas a 29-5 e 27-11-2008; Hoy a 15-5-2008.

O mau estado da estrada Elvas – Olivença provocou um artigo indignado do Dr. C. Luna publicado em: Terras Brancas a 17-7-2008; Despertador a 1-10-2008; Alentejo Popular a 10-7-2008.

A declaração da ponte manuelina da Ajuda como «Bem de Interesse Cultural» pela Junta da Extremadura a 13-3-2009 foi noticiada no: Hoy; Linhas de Elvas; Alentejo Popular.

Mais uma vez, neste último ano, a questão de Olivença provocou a realização de diferentes artigos e reportagens em vários jornais nacionais e estrangeiros: Diabo a 27-5-2008; Expresso a 27-6-2008; Alto Alentejo a 15-10-2008; Jornal Municipal de Sines em Dezembro 2008; Hoy a 18 e 30-1-2009, abordando ainda a menção da questão de Olivença pelo «World Book» da C.I.A...; Telegraph, do Reino Unido, a 13-3-2009; El Temps, de Valência, a 24-9-2009; Revista de História espanhola «Clio» em Janeiro 2009.

Foram também publicados vários artigos que tiveram uma grande repercussão: Entrevista com D. Duarte de Bragança no Diabo a 23-9-2008; C. Consiglieri com «Olivença espezinhada» no Despertador a 30-4-2008; Humberto Nuno de Oliveira no Diabo a 27-1-2009; General Loureiro dos Santos, chamando a atenção para a jornada da língua portuguesa ocorrida em Olivença, no Público a 29-1-2009; do jornalista Nuno Pacheco, director adjunto do público, no mesmo jornal a 29-1-2009; A revista «Plátano», de Portalegre, no seu nº4/2008, publicou um artigo de C. Luna intitulado «Olivença, uma colónia escondida».

O Diário do Sul deu conta do lançamento do livro da Professora Ana Paula Fitas, «Olivença e Juromenha», ocorrido em Évora.

Finalmente, o Dr. Carlos Luna tem vindo a publicar regularmente várias poesias sobre temática oliventina em vários jornais ao longo do ano; deseja-se que seja possível a edição em livro de tão interessante material literário...

*Fernando Castanhinha*

Olivença esteve bem presente em Zamora (Castela-Leão), aquando da XXIV Cimeira Luso Espanhola, em 22 de Janeiro de 2009.

De facto, apesar dos condicionalismos que rodearam o evento, a delegação Porto/Gaia do Grupo dos Amigos de Olivença, foi ali dizer: «Olivença É Terra Portuguesa!».

A pequena mas grande embaixada, tudo ultrapassou, inclusive a intempérie que se fazia sentir e, com grande entusiasmo, transpôs medos e barreiras policiais para estar presente.

E. Santos Pereira e César Lopo, determinados, distribuíram comunicados e forneceram esclarecimentos aos jornalistas e aos populares, esclarecendo um diferendo que se arrasta pelos tempos fora, reflectindo a inércia governamental e o silêncio da imprensa, em desrespeito acintoso pela História de Portugal.

No local, foram contactadas, as rádios Renascença, Nacional de Espanha, Cadena Ser (com uma entrevista) e Zamora, os jornais Público, JN e Hoy de Badajoz (com notícia), a Agência EFE, as televisões SIC, TV Galícia, TVI e TVE.

As gentes e os cidadãos exprimiram-nos a sua admiração e respeito, procurando saber as razões da nossa reivindicação, que disseram compreender.

A imprensa portuguesa (escrita, falada e televisionada), encarando-nos com sorrisinhos alarves de maledicência, pareceu preferir a bajulação a Sócrates e a preocupação em degustar o farto almoço pela tarde dentro.

Saliente-se a dedicação de Marcial Lopo, um brigantino, amigo de Olivença dos quatro costados, que foi decisivo para conseguirmos ultrapassar a barreira policial chegarmos ao local da Cimeira.

Ali, bem visível, uma enorme faixa foi fixada junto à Câmara Municipal de Zamora, com os curiosos préstimos de alguns espanhóis sensibilizados com a velha Questão de Olivença.

Foi uma grande lição a reter e a certeza de que estamos no rumo certo.

**Santos Pereira**  
(Delegação Porto/Gaia do GAO)



PARA QUE NÃO HAJA DÚVIDAS

Bastará uma rápida leitura pela imprensa regional e nacional para facilmente nos apercebermos que a chamada Questão de Olivença tem tido uma maior projecção, pela frequência com que o assunto tem sido abordado, nos últimos 12 meses, que em períodos anteriores. Mérito de incansáveis e empenhados militantes da causa? Sem dúvida. São as pessoas que fazem as instituições, apesar de influenciados por elas, sobretudo as que estão cientes de que, como Plekhanov queria, há um papel a desempenhar na História que incontornavelmente a todos nos cumpre. Todavia, há dinâmicas próprias das sociedades e dos tempos da História que aparentemente se nos escapam. Referimo-nos ao surgimento recente de uma associação em Olivença, a Além-Guadiana, congregando um grupo maioritariamente de jovens, preocupados com o destino que nos últimos decénios tem levado o riquíssimo património cultural e espiritual das gentes oliventinas, resolveram constituir-se em associação com o propósito, louvável, de salvaguardar uma herança que, sentem-no, confere a toda a região uma singularidade certamente única no contexto das vivências peninsulares.

As iniciativas têm-se multiplicado e é com grande satisfação que todos os defensores do irredentismo têm assistido ao surgimento de referências que traduzem uma vitalidade e uma consciência históricas que nos obriga, a nós portugueses, apoiar e colectivamente experimentar. Iniciativas que se revestem de uma extraordinária importância e que não são incompatíveis com a perspectiva que tenho, enquanto português, de que tudo o que se possa fazer para trazer a Questão de Olivença à liça, tudo o que se possa fazer para defender intransigentemente a singularidade de Olivença, não poderá fazer toldar o objectivo que dá a própria razão de existência ao GAO: a retrocessão de Olivença e o seu território à soberania nacional.

Não se trata de fazer o aproveitamento político do trabalho de outrem (os membros do GAO são pessoas de honra que não vivem do esforço alheio). Fácil seria, pois na infeliz lógica vigente, certamente encontrarão mais ecos na opinião pública as acções que se façam “em Espanha” do que a importância do que se faz por cá. Trata-se de compreender o empenho adicional que a todos nos é imposto: sensibilização dos nossos compatriotas e até dos promotores das iniciativas transfronteiriças, sejam elas quais forem, que há um pedaço de Portugal que nos pertence e que tem de nos ser devolvido.

Somos portugueses e não basta aqui nascer e falar a língua de Camões para alcançar tamanho desígnio: há que merecê-lo, conquistá-lo, dia após dia. Por isso, e para que não restem dúvidas, O GAO mantém-se fiel a Portugal, à acção dionisina, à História, e ao Direito. Olivença é, e sempre será, Terra Portuguesa e à pátria vai regressar. A todos nos cumpre a responsabilidade e a missão.

Gonçalo Feio



## A JORNADA SOBRE O PORTUGUÊS DE OLIVENÇA



O dia amanheceu sem nuvens significativas e o Sol pareceu querer saudar o evento. E não era para menos!

Em 28 de Fevereiro de 2009, a Língua Portuguesa manifestava-se livremente em Olivença graças à iniciativa, ao esforço, à coragem de uma associação oliventina, a Além-Guadiana.

Não por acaso, jornais e televisões estavam representados. E talvez por acaso, pois outra razão seria insustentável, não estavam órgãos de comunicação portugueses, empenhados com outras realidades informativas...

A Jornada sobre o Português Oliventino decorreu na Capela do vetusto Convento português de São João de Deus. Num clima de alguma emoção, estava a fazer-se História... e quase 200 pessoas foram testemunhas disso!

Falou primeiro o Presidente da Junta da Extremadura espanhola, Guillermo Fernández Vara, oliventino, assinalando que, na sua casa paterna, o Português era a língua dos afectos. Uma herança que ele ainda conserva, apesar de já ser bem crescidinho... e Presidente duma região espanhola.

De certa forma, estava dado o mote. O Presidente da Câmara de Olivença, Manuel Cayado, falou em seguida, realçando o amor pela língua portuguesa, e acentuando o papel de Olivença como ponto de encontro entre as culturas de Portugal e Espanha.

Joaquín Fuentes Becerra, presidente da Associação, fez então uma breve intervenção, insistindo na natureza cultural da Jornada.

Juan Carrasco González, catedrático, falou das localidades extremenhas, quase todas fronteiriças, onde se fala português, com destaque para Olivença, e defendeu que tal característica se deveria conservar.

Usou depois da palavra Eduardo Ruíz Viéytez, director do Instituto dos Direitos Humanos do Conselho da Europa, que defendeu as línguas minoritárias e explicitou a política do Conselho da Europa em relação às mesmas. Informou que o Conselho da Europa já pedia informações ao Estado Espanhol desde 2005, sem que Madrid desse resposta. Em 2008, graças à Associação Além-Guadiana, fora possível conhecer detalhes, com base nos quais o Conselho fizera recomendações críticas.

Seguiu-se Lúcia Freire Borges, do Instituto Camões, que destacou o papel da Língua Portuguesa no mundo, com assinalável ênfase e convicção. Tal discurso foi extremamente importante, já que, tradicionalmente, em Olivença, se procurava minorizar o Português face ao "poderio planetário" do castelhano...

Uma pequena mesa redonda antecedeu o Almoço. Foi a vez de ouvir a voz de alguns oliventinos, num Português bem alentejano no vocabulário e no sotaque, em intervenções comoventes, em que não faltaram críticas e denúncias de situações de repressão linguística não muito longe no tempo.

À tarde, falaram Domingo Frade Gaspar (sobre a «fala galega», na raia extremenha) e José Gargallo Gil (de Valência, a leccionar em Barcelona), que continuaram a elogiar políticas de recuperação e conservação de línguas minoritárias. O segundo sublinhou a existência de fronteiras e do de seu estatuto de lugar

de encontro e de compreensão de culturas diferentes, embora não como barreiras intransponíveis.

Seguiu-se Manuela Barros Ferreira, da Universidade de Lisboa, que relatou a experiência significativa de recuperação quase milagrosa do Mirandês, a partir de uma muito pequena comunidade de falantes, já convencidos que aquela língua tinha chegado ao seu fim. O exemplo foi muito atentamente escutado pelos membros do Além-Guadiana.

Falou finalmente o Presidente da Câmara Municipal de Barrancos, a propósito dos projectos de salvaguardar o dialecto barranquenho e de o levar à "oficialização".

No final, foi projectado um curto filme sobre o Português oliventino, realizado por Mila Gritos. Nele surgiam oliventinos a contar a história de cada um, sempre em Português, explicando os preconceitos que rodeavam ainda o uso da Língua de Camões e contando histórias pitorescas. A finalizar o "documentário", uma turma de jovens alunos de uma escola numa aula de Português pretendia mostrar para a câmara os caminhos do futuro.

Deu por encerrada a sessão Manuel de Jesus Sanchez Fernandez, da Associação Além-Guadiana, que ironizou um bocado com as características alentejanas do Português de Olivença, comparando-o com o pseudo superior Português de Lisboa.

A noite já caíra quando, com muitos cumprimentos e alegres trocas de impressões finais, os assistentes e os promotores da Jornada abandonaram o local, convictos de que tinham assistido a algo notável.

Estremoz, 28 de Fevereiro de 2009

*Carlos Luna*

## PRIMEIRO ANIVERSÁRIO DA ASSOCIAÇÃO «ALÉM GUADIANA»

Assinalando a passagem do primeiro aniversário do «Além-Guadiana», enviámos ao seu Presidente, em 23 de Março de 2009, carta de Parabéns, dando conta da satisfação que constituiu, para os portugueses amigos de Olivença, o surgimento daquela associação, uma vez que, sentindo como nossas a História, a Cultura e a Identidade de Olivença, as iniciativas e as realizações dos Oliventinos na redescoberta e afirmação pública das mesmas são motivo natural de satisfação e alegria. Mais expressámos o nosso apreço, oferecemos a nossa solidariedade e felicitámos pelas actividades desenvolvidas.

Renovamos aqui os Parabéns pela passagem primeiro aniversário!

## QUOTAS

Lembramos os nossos sócios que o pagamento das suas quotizações, é a condição necessária à nossa associação para dispor dos meios possíveis à prossecução da patriótica defesa de uma Olivença portuguesa.

Para esclarecimentos ou atrasos contacte-nos pelo telefone 914.172.525 ou através do e-mail: [olivenca@olivenca.org](mailto:olivenca@olivenca.org)

## UMA PERSPECTIVA ESTRATÉGICA



Na apresentação do livro «Olivença e Juromenha - uma história por contar» da Professora Ana Paula Fitas, no Instituto Diplomático - MNE, em 28-02-2008, o General Loureiro dos Santos enunciou e desenvolveu o seu entendimento sobre a Questão de Olivença.

Transcreve-se a súmula saída no jornal Público de 14 de Março de 2008.

### CHEGOU A ALTURA DE RESOLVER A QUESTÃO DE OLIVENÇA

O contexto estratégico conjuntural que originou o Tratado de Badajoz de 1801, pelo qual Olivença passou para a soberania espanhola, não se modificara integralmente em 1815, quando a devolução de Olivença a Portugal foi determinada pelo Tratado de Viena. A relação de forças na Europa da Época não ordenou de modo peremptório e imediato essa devolução, remetendo-a para quando Portugal e Espanha considerassem oportuno - o que significava, de facto, submeter a resolução do problema ao entendimento Portugal-Espanha, logo aos objectivos nacionais de cada país e às tensões estratégicas correspondentes. A definição do momento oportuno, se não fosse efectuada por potências extra peninsulares, teria de ser proposta por Portugal a uma Espanha da qual, naturalmente, nunca partiria a iniciativa. Para Portugal, o momento oportuno teria de coincidir com uma "oportunidade estratégica" favorável. Na altura do regime da ditadura, foi dito não ser oportuno levantar o problema.

Aqui reside o cerne do problema. Findos os acontecimentos que envolveram os dois Estados nas guerras napoleónicas e seus desenvolvimentos, a relação de forças europeias e mundiais nunca deixaram de se traduzir, para a península, numa lógica de conflito e confrontação. Por trás do comportamento pacífico e amistoso entre os dois Estados, havia sempre a percepção, por cada um deles, que a existência do outro constituía uma ameaça. Ou porque poderia servir de cais de desembarque e base de ataque para forças poderosas que visassem a Espanha e/ou foco de contaminação política que fizesse perigar o seu regime (absolutista, liberal ou monárquico). Ou porque representava uma ameaça existencial para Portugal e/ou também poderia contaminar negativamente o seu regime.

Esta lógica de confrontação teve situações mais agudas e outras menos, mas nunca deixou de existir. A percepção dos responsáveis políticos portugueses ao longo dos séculos XIX e XX, até à guerra fria, foi sempre a de que tudo deveria ser feito para evitar uma crise aberta com a Espanha, pois tinham consciência de que a lógica de conflito existente entre os dois países se poderia transformar num confronto aberto muito desfavorável a Portugal. Confronto aberto que até poderia ser convenientemente provocado pelos governantes espanhóis, para fazerem esquecer os graves problemas internos que os seus súbditos sentiam, bem como os efeitos deletérios dos traumas causados pelos enormes abalos nacionais que afectaram Espanha. Dentro desta lógica de confronto, tornava-se quase impossível alterar as relações de forças de modo a surgir uma oportunidade estratégica que nos permitisse procurar resolver a questão de Olivença junto dos espanhóis.

A lógica de confronto, embora atenuada pela natureza dos regimes então vigentes, não terminou durante a guerra-fria. Só

viriam a surgir modificações, e profundas, com a democratização dos dois vizinhos peninsulares, a queda do Muro de Berlim e, principalmente, com a globalização, o mercado comum europeu e, acima de tudo, com o estabelecimento do espaço Shengen. Estas novas linhas de força tiveram como resultado uma alteração profunda no contexto estratégico do relacionamento peninsular. Não porque surgiram desequilíbrios que nos fossem favoráveis em termos de confronto, mas precisamente pelo congelamento da lógica de confronto e a sua substituição por uma lógica de cooperação/competição.

A abertura de fronteiras e a liberdade de movimentos de pessoas, bens e ideias entre os dois países fizeram com que as regiões homogéneas naturais da península, todas periféricas, se tivessem aproximado, como que desafiando o centro peninsular - a despeito das fronteiras administrativas e políticas. Na Espanha, foram reconstituindo uma configuração multipolar em termos económicos, com as regiões periféricas a tentar "conquistar" poder político a Madrid, interagindo umas com as outras e também com Portugal, que além de região económica é um país soberano. Esta situação multipolar, num contexto de uma lógica de cooperação/competição, favorece Portugal, pois, de todas as regiões peninsulares com ligações a um centro de poder afastado (Bruxelas), é a única cuja independência lhe permite relacionar-se com o Governo espanhol no mesmo patamar político. Todas as restantes terão de sujeitar-se às orientações de Madrid.

Finalmente, esta lógica de cooperação/competição que caracteriza as nossas relações com a Espanha permitiu o aparecimento da oportunidade estratégica para que os dois países - amigos, aliados, que não encaram o outro como ameaça - resolvam a questão de Olivença. E para que Portugal possa tomar a iniciativa de abrir o diálogo. É pôr fim a um contencioso que pode funcionar como um foco de potencial atrito e de conflito em situações de maior tensão entre as posições dos dois países. Lembremo-nos de que a História não acabou. Há muita História no futuro. Um futuro incerto e, provavelmente, muito perigoso. É avisado acautelarmo-nos. Olivença é um problema que se pode agravar, mas podemos fazer dele um pólo de atenuação de tensões entre os Estados peninsulares. Não deve ser ignorada a realidade actual de Olivença, criada nos últimos dois séculos pela administração espanhola. Uma realidade que já não é sustentada apenas em elementos identitários lusitanos, mas em que persistem muitos deles. Olivença constitui uma micro-região, com características distintivas em relação aos espanhóis, mas também aos portugueses. Foi como se, na zona raiana, tivesse aparecido um elo de ligação entre os dois povos, semelhante a ambos mas deles diferenciado.

Para a solução desta questão são de afastar posições radicais, sem recuo e sem condições, antes recorrer-se a uma abordagem gradual e "soft", com a tónica na cultura: considerar a hipótese de permitir que os oliventinos escolham a dupla nacionalidade, autorizar o ensino da língua portuguesa por professores destacados por Portugal, além do castelhano já obrigatório, não proibindo o uso do português no espaço público, estabelecer uma delegação que promova a cultura portuguesa. Admitir mesmo a hipótese de se chegar a uma soberania partilhada sobre Olivença, como região especial e exemplo de amizade e cooperação entre os dois países, que, numa fase inicial, poderia assumir vínculos políticos mais fortes com Espanha do que com Portugal.

*José Loureiro dos Santos  
(General, na Reserva)*

## OLIVENÇA NA IMPRENSA BRITÂNICA



Daniel Hannan, político, escritor e jornalista inglês, com vasta obra publicada sobre política europeia, debruçou-se agora, com saber e perspicácia, sobre a Questão de Olivença em artigo no Telegraph (13 de Março), cuja tradução se transcreve.

**«SE A ESPANHA QUER GIBRALTAR, QUANDO TENCIONA DEVOLVER OLIVENÇA?»**

E se tivesse sido ao contrário? E se a Espanha tivesse tomado um pedaço de território de alguém, forçado a nação derrotada a cedê-lo num tratado subsequente, e o mantivesse ligado a si? Comportar-se-ia Madrid como quer que a Grã-Bretanha se comporte em relação a Gibraltar? *Ni pensarlo!*

Como é que eu posso estar tão certo disso? Exactamente porque existe um caso assim. Em 1801, a França e a Espanha, então aliadas, exigiram que Portugal abandonasse a sua amizade tradicional com a Inglaterra e fechasse os seus portos aos navios britânicos. Os portugueses recusaram firmemente, na sequência do que Bonaparte e os seus confederados espanhóis marcharam sobre o pequeno reino. Portugal foi vencido, e, pelo Tratado de Badajoz, obrigado a abandonar a cidade de Olivença, na margem esquerda do Guadiana.

Quando Bonaparte foi finalmente vencido, as Potências europeias reuniram-se no Congresso de Viena de Áustria para estabelecer um mapa lógico das fronteiras europeias. O Tratado daí saído exigiu um regresso à fronteira hispano-portuguesa (ou, se se preferir, Luso-espanhola) anterior a 1801. A Espanha, após alguma hesitação, finalmente assinou o mesmo em 1817. Mas nada fez para devolver Olivença. Pelo contrário, trabalhou arduamente para extirpar a cultura portuguesa na região, primeiro proibindo o ensino do Português, depois banindo abertamente o uso da língua.

Portugal nunca deixou de reclamar Olivença, apesar de não se ter movimentado para forçar esse resultado (hipoteticamente ameaçou com a ideia de ocupar a cidade durante a Guerra Civil de Espanha, mas finalmente recuou). Embora os mapas portugueses continuem a mostrar uma fronteira por marcar em Olivença, a disputa não tem sido colocada na ordem do dia no contexto das excelentes relações entre Lisboa e Madrid.

Agora vamos analisar os paralelismos com Gibraltar. Gibraltar foi cedida à Grã-Bretanha pelo Tratado de Utreque (1713), tal como Olivença foi cedida à Espanha pelo Tratado de Badajoz (1801). Em ambos os casos, o país derrotado pode reclamar com razões que assinou debaixo de coacção, mas é isto que acontece sempre em acordos de paz.

A Espanha protesta que algumas das disposições do Tratado de Utreque foram violadas; que a Grã-Bretanha expandiu a fronteira para além do que fora estipulado primitivamente; que implementou uma legislação de auto-determinação local em Gibraltar que abertamente é incompatível com a jurisdição britânica especificada pelo Tratado; e (ainda que este aspecto seja raramente citado) que fracassou por não conseguir evitar a instalação de Judeus e Muçulmanos no Rochedo. Com quanta muito mais força pode Portugal argumentar que o Tratado de Badajoz foi derogado. Foi anulado em 1807 quando, em violação do que nele se estipulava, as tropas francesas e

espanholas marcharam por Portugal adentro na Guerra Peninsular. Alguns anos mais tarde, foi ultrapassado pelo Tratado de Viena.

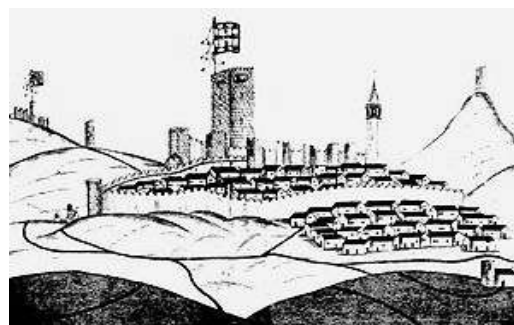
Certamente, a Espanha pode razoavelmente objectar que, apesar dos pequenos detalhes legais, a população de Olivença é leal à Coroa Espanhola. Ainda que o problema nunca tenha passado pelo teste de um referendo, parece com certeza que a maioria dos residentes se sente feliz como está. A língua portuguesa quase morreu excepto entre os mais velhos. A cidade (Olivenza em espanhol) é a sede de um dos mais importantes festivais taumáquicos da época, atrai castas e matadores muito para além dos sonhos de qualquer *pueblo* de tamanho similar. A lei portuguesa significaria o fim da tourada de estilo espanhol e um regresso à obscuridade provinciana. Tenho a certeza que os meus leitores entendem aonde tudo isto vai levar. A reclamação do direito a Olivença (e a Ceuta e Melilla), por parte de Espanha, assenta no argumento rudimentar de que as populações lá residentes querem ser espanholas. Mas o mesmo princípio certamente se aplica a Gibraltar, cujos habitantes, em 2002, votaram (17 900 votos contra 187!!!) no sentido de permanecer debaixo de soberania britânica.

A Grã-Bretanha, a propósito, tem todo o direito de estabelecer conexões entre os dois litígios. A única razão por que os portugueses perderam Olivença foi porque honraram os termos da sua aliança conosco. Eles são os nossos mais antigos e confiáveis aliados, tendo lutado ao nosso lado durante 700 anos - mais recentemente, com custos terríveis, quando entraram na Primeira Guerra Mundial por causa da nossa segurança. O nosso Tratado de aliança e amizade de 1810 explicitamente compromete a Grã-Bretanha no sentido de trabalhar para a devolução de Olivença a Portugal.

A minha verdadeira intenção, todavia, é a de defender que estes problemas não devem prejudicar as boas relações entre os litigantes rivais. Enquanto Portugal não mostra intenção de renunciar à sua reclamação formal em relação a Olivença, aceita que, enquanto as populações locais quiserem permanecer espanholas, não há forma de colocar o tema na ordem do dia. Não será muito de esperar que a Espanha tome uma atitude semelhante vis-a-vis Gibraltar. Uma vez que este texto certamente atrairá alguns comentários algo excêntricos de espanhóis, devo clarificar previamente, para que fique registado, que não é provável que estes encontrem facilmente um hispanófilo mais convicto de que eu. Eu gosto de tudo o que respeita àquele país: o seu povo, as suas festas, a sua cozinha, a sua música, a sua literatura, a sua *fiesta* nacional.

Acreditem em mim, *señores*, nada tenho de pessoal contra vós: o problema é que não podem pretender sustentar uma coisa e a sua contrária.

*Daniel Hannan*





Que auréola te cerca?  
É a espada que, volteando,  
faz que o ar alto perca  
seu azul negro e brando.

Mas que espada é que, erguida,  
faz esse halo no céu?  
É Excalibur, a ungida,  
que o Rei Artur te deu.

'Sperança consumada,  
S. Portugal em ser,  
ergue a luz da tua espada  
para a estrada se ver!

*Fernando Pessoa, in "Mensagem"*

"A canonização de Nuno Álvares Pereira constitui um gesto que honra uma das figuras mais marcantes da nossa História, uma figura em que os Portugueses se revêem como símbolo de amor ao seu País, de defesa corajosa da independência nacional, de vontade de triunfar mesmo nas horas mais difíceis (...) ficará inscrita na nossa memória colectiva e será motivo de orgulho e de alegria para todos os que amam o nosso País e a sua história".

*Aníbal Cavaco Silva, Presidente da República.*

## PERMANECEM CONNOSCO!

No passado dia 21 de Julho faleceu o nosso sócio, do Porto, Dr. Alberto António Ferreira.

Em 31 de Outubro faleceu o nosso sócio Dr. Joaquim Paulino Sousa Domingues, também do Porto.

No dia 22 de Outubro faleceu o nosso sócio e membro do Conselho Geral, Dr. José Luís Esteves da Fonseca.

Em 10 de Dezembro deu-se o falecimento do Dr. Joaquim António Ramos Baptista, Vice-Presidente do Conselho Fiscal.

Apresentando as condolências às suas famílias, rendemos homenagem a estes Amigos de Olivença e abnegados defensores da sua portugalidade.

Os que agora partiram continuarão connosco!

Até sempre!

---

## DONATIVOS

João Rodrigues -109 Euros  
João Louro - 40 Euros  
Humberto Nuno de Oliveira - 8 Euros  
José Morais Neves - 10 Euros  
UNISBEN - 60 Euros  
Joaquim de Jesus Matias - 15 Euros  
Fernando A. Castanhinha - 100 Euros

---

## CONTRIBUIÇÕES

Qualquer contributo pode ser efectuado para a  
CONTA DO GAO NA CGD:

**NIB: 0035.0698.00025200431.57**

---

## CONTAMOS CONSIGO!



**OLIVENÇA  
PORTUGAL**

**Director:** Paulo Fernandes  
**Grupo dos Amigos de Olivença**  
Rua das Portas de Santo Antão, 58 (Casa do Alentejo)  
1150-268 Lisboa

[www.olivenca.org](http://www.olivenca.org)  
[olivenca@olivenca.org](mailto:olivenca@olivenca.org)

Tel.: 967 431 769  
Fax.: 212 590 577

**Paginação:** Estúdio GAO

Os artigos são da responsabilidade dos autores  
1ª Edição - Tiragem: 800 exemplares